



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto  
Paranaíba – SUPRAM TMAP

PARECER ÚNICO SUPRAM TMAP	PROTOCOLO Nº 0864145/2012	
Indexado ao(s) Processo(s)	Adendo	Deferimento
Processo COPAM Nº: 0002/1988/004/2002	Classe/Porte: 6/G	
Empreendedor: VALE FERTILIZANTES S/A		
CNPJ: 33.931.486/0027-70		
Endereço: Rodovia BR 352; km 60		
Localização: Perímetro rural denominado Rocinha do Município de Patos de Minas		
Município: Patos de Minas /MG		

**Atividades objeto do licenciamento:**

Código DN 74/04	Descrição	Classe
-	Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP sem supressão de vegetação em 0,0409 ha - Matrícula nº 17.988.	-

Bacia Hidrográfica: **Rio Paranaíba**

Responsável Técnico pelos Estudos Técnicos Apresentados	Registro de classe
Bruno Rocha Cardoso	CREA 16.142/D
José Roberto Silva	CREA 17222/D

**Data: 15/10/2012**

Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Camila Aguiar Campolina	MASP 1.253.695-9	
Anderson Mendonça Sena	MASP 1.225.711-9	
Felipe Fiochi Pena	MASP 1.310.776-8	
Kamila Borges Alves	MASP 1.151.726-5	
José Roberto Venturi – Diretor Técnico	MASP 1.198.078-6	

SUPRAM – TMAP

Praça Tubal Vilela, nº 03 – Uberlândia – MG  
CEP 38400-186 – Tel: (34) 3237-3765 / 2983

DATA: 15/10/2012  
Página: 1 □ / 6 □



## **PARECER REFERENTE À AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO/ PERMANÊNCIA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - APP**

### **1. INTRODUÇÃO**

O empreendimento Vale Fertilizantes S/A localizado na Rodovia BR 352 km 60 – zona rural do município de Patos de Minas, formalizou na Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (SUPRAM TMAP), no dia 30/08/2012, requerimento de autorização para intervenção e permanência em APP, indexado ao processo de Revalidação de Licença de Operação – LO nº 00002/1988/004/2002 o qual possui revalidação automática, tendo em vista que o processo posterior de revalidação (0002/1988/010/2009) foi formalizado com antecedência mínima exigida pela norma ambiental (DN 17/1995), ou seja, 90 (noventa) dias antes do seu vencimento.

Conforme verificado em vistoria técnica realizada no empreendimento e diante do requerimento/projeto apresentado pela Vale Fertilizantes S/A, o empreendimento realizará uma intervenções em APP às margens de uma represa, localizada na Matrícula nº 17.988 de propriedade da própria empresa Vale.

A intervenção se dará para fins de subsidiar a construção de um novo canal de lamas, rejeito gerado no beneficiamento do mineral. A justificativa Técnica para a construção desse novo canal foi exposta no Laudo técnico de Alternativa Locacional, cujo responsável técnico, Engenheiro Ambiental, Bruno Rocha Cardoso, CREA 16.142/D.

O laudo aponta que com a construção do novo canal de lamas, visando o lançamento em um ponto à montante da barragem de rejeito, a mesma terá sua vida útil aumentada, assim, esta barragem possibilitará uma maior retenção de sólidos e consequentemente uma melhora da qualidade do efluente.

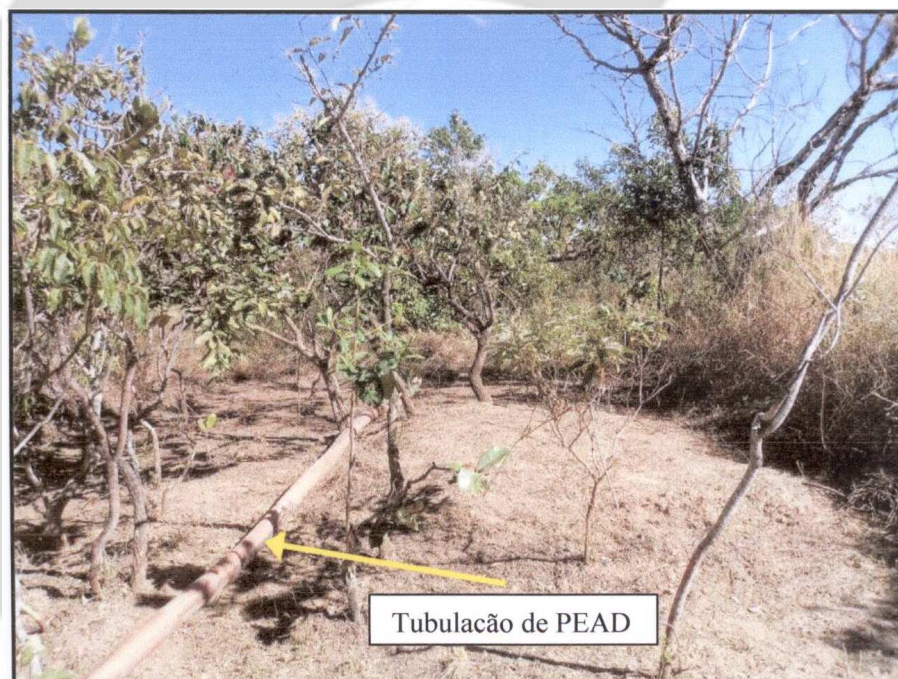
Esse novo canal de lama será constituído de tubulação de PEAD flexível, que oferece uma maior condição de instalação e não requer a supressão de vegetação em seu percurso. O trajeto da tubulação desde a bomba de rejeito, na usina, até o seu desemboque, na barragem de rejeitos, perfaz uma extensão de 0,85,00 hectares, sendo destes 0,04,09 hectares situado em área de preservação permanente.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto**  
**Paranaíba – SUPRAM TMAP**

Para esta intervenção (APP) será utilizada uma tubulação ainda mais flexível, conforme descritivo apresentado, sendo semelhante a uma mangueira de hidrante, não sendo assim, necessária a supressão de vegetação nativa e nem mesmo a limpeza da área com corte de espécies gramíneas.

Conforme demonstrado no descritivo da alternativa técnico – locacional, a imagem abaixo (Figura 1) representa a espessura da tubulação. Assim, observamos que para a instalação e operação do mangote, não haverá nenhuma supressão vegetal em todo o percurso da tubulação e que em área de preservação permanente nem mesmo ocorrerá à limpeza com corte de gramíneas, como demonstrado na Figura 1.



**Figura 01: Simulação da área por onde passará a tubulação fora de APP.**  
**Fonte:** Descritivo Vale S/A. 2012.

A referida intervenção ocorrerá, nas coordenadas geográficas (UTM) de um ponto como referência Latitude 297972 - Longitude 7966527.

A área total da intervenção é de 0,0409 hectares, sendo caracterizada como de utilidade pública de acordo com o art. 13, inciso I da Lei Estadual n. 14.309/2002 c/c Decreto-Lei 3.365/41, em seu artigo 5º, alínea “f”, abaixo transcrito:

*Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública:*

SUPRAM – TMAP	Praça Tubal Vilela, nº 03 – Uberlândia – MG CEP 38400-186 – Tel: (34) 3237-3765 / 2983	DATA: 15/10/2012 Página: 3□/6□
---------------	---	-----------------------------------

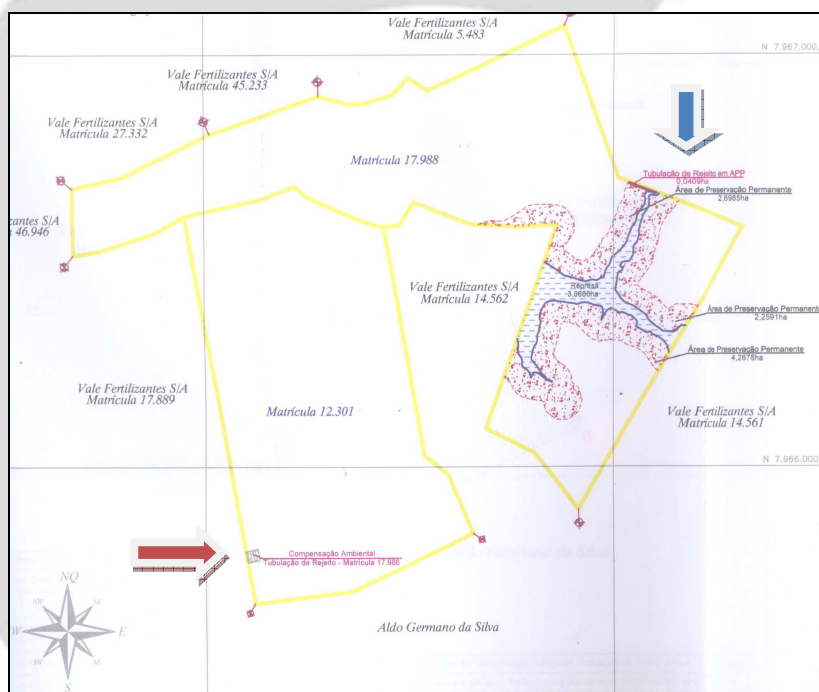


**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**  
**Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto**  
**Paranaíba – SUPRAM TMAP**

(...)

f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica;

Registra-se que segundo o Decreto-Lei, considera-se parte integrante da mina os “edifícios, construções, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à mineração e ao beneficiamento do produto da lavra, desde que este seja realizado na área de concessão da mina”.



**Figura 02: Demonstra a área onde passará a tubulação na APP (seta azul) e área de compensação proposta (seta vermelha). Fonte: Descritivo Vale S/A. 2012.**

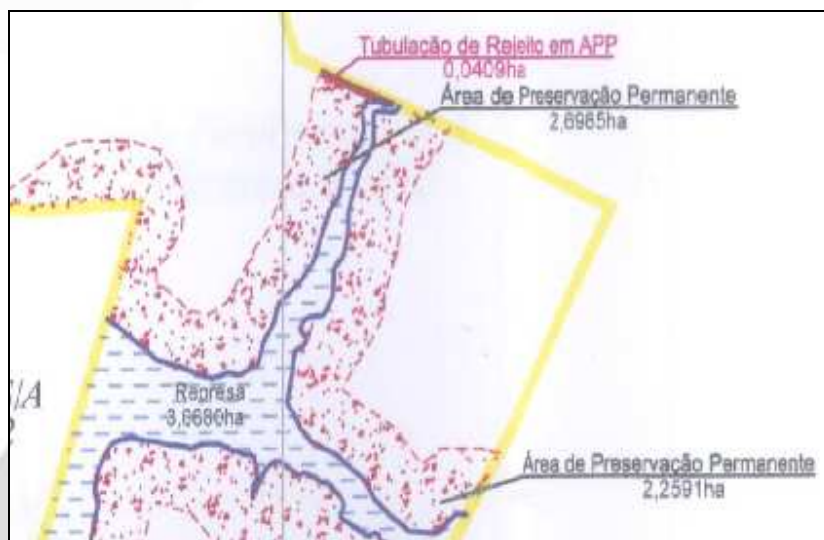


Figura 03: Demonstra a área onde passará a tubulação na APP (Marcação Vermelha).

Fonte: Descritivo Vale S/A. 2012

## 2. DISCUSSÃO

Nos termos da legislação vigente, a autorização para a intervenção em APP somente poderá ser regularizada e autorizada mediante o estabelecimento de medidas ecológicas de caráter mitigador e compensatório que deverão ser adotadas pela requerente.

O empreendedor propõe, como compensação das intervenções em área de preservação permanente, a recuperação de uma área de 00,0818 hectares, referente a área ocupada pelo mangote em APP.

A gleba destinada à compensação ambiental (Figura 2) é constituída com vegetação em campo e se localiza próximo a vertente afluente do córrego da Rocinha, na matrícula nº 12.301, contígua à Mat. 17.988 (intervenção), localizada também no município de Patos de Minas, cuja propriedade pertence à Vale Fertilizantes S/A.

Vale ressaltar que os imóveis citados possuem reserva legal averbada, conforme matrículas anexas aos autos.

As ações relacionadas para mitigar a intervenção em APP incluem as práticas para conservação do solo que são adotadas nas áreas agrícolas adjacentes à APP, assim como em toda a propriedade (bolsões, curva de nível, etc). Essas práticas deverão receber manutenção sempre que necessário, pois têm como principal objetivo minimizar o carreamento do solo por erosão laminar e por consequência o processo de



empobrecimento do solo e assoreamento/eutrofização dos corpos hídricos. Toda a propriedade, inclusive a APP, deverá ser monitorada quanto a processos erosivos, que quando detectados, deverão ter as devidas medidas de contenção e/ou recuperação.

Assim como já previsto em legislação pertinente, o limite da APP deverá ser respeitado e ações visando a melhoria quanto a sua qualidade ambiental deverão ser constantes.

### 3. CONCLUSÃO

Isto posto, em razão da legislação vigente enquadrar as intervenções aludidas acima como de utilidade pública, e ainda, considerando a inexistência de alternativa técnica locacional, somos favoráveis à autorização da intervenção e a permanência em área de preservação permanente, ocupando uma área de **0,0409 hectares**, DESDE QUE ATENDIDAS AS MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS indicadas neste Parecer, ouvido o Conselho da Unidade Regional Colegiada do Conselho Estadual de Política Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Fica expressamente vedada a expansão da intervenção em APP, salvo com autorização expressa do órgão ambiental.

<b>Data: 15/10/2012</b>		
<b>Equipe Interdisciplinar:</b>	<b>MASP</b>	<b>Assinatura</b>
Camila Aguiar Campolina	MASP 1.253.695-9	
Anderson Mendonça Sena	MASP 1.225.711-9	
Felipe Fiochi Pena	MASP 1.310.776-8	
Kamila Borges Alves	MASP 1.151.726-5	
José Roberto Venturi – Diretor Técnico	MASP 1.198.078-6	